

RELIGIÃO E POLÍTICA: A NITROGLICERINA DAS AULAS DE HISTÓRIA E A DELICADA SITUAÇÃO DOCENTE FRENTE AO PRECONCEITO[*]

Ijaciara Barros de Abreu[**]

Resumo

Uma vez que a sala de aula pode ser entendida como o reflexo da sociedade, todos os discursos e práticas que nela ocorrem, são merecedores de atenção. Se toda atitude pressupõe causas e consequências, nada do que se faz ou diz é sem propósito. Apesar da socialização de informações advindas dos recursos tecnológicos, dos quais nossos estudantes se apropriaram nos últimos anos, que deveriam servir para democratizar as informações e, consequentemente, diminuir o preconceito, ainda é extremamente gritante a constatação de posicionamentos intolerantes. Verdades religiosas, geralmente, entram em confronto com o saber científico e, não raro, promovem a intolerância e aversão ao diferente. É papel do professor observar sutilezas, promover o entendimento, minimizar conflitos e facilitar a compreensão de que, a convivência com as diferenças e o respeito por elas, é uma urgência da sociedade que, a cada dia, se torna ainda mais plural, despertando ainda para a compreensão de que leis e política não são feitas e praticadas, apenas por/para determinado segmento religioso, mas por uma população diversa, em um país laico. Portanto, esse artigo é apresentado com o objetivo de refletir acerca da delicada situação do professor de História, ao lidar com os temas política e religião na sala de aula.

Palavras-chave: Religião. Política. Preconceito.

Introdução

O exercício do magistério propicia uma resposta imediata e, por vezes, angustiante, da maneira pela qual as pessoas concebem e atuam na sociedade. Não raro, constatam-se comentários e posicionamentos que não condizem com o que se espera de jovens da educação básica que, outrora, apresentaram comportamentos questionadores, irreverentes, com propostas comportamentais inovadoras e, tantas vezes, revolucionárias.

---

[*] Trabalho apresentado no III Congresso Nordestino de Ciências da Religião, realizado entre os dias 08 e 10 de setembro de 2016 na UNICAP, PE.

[**] Mestra em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco. Professora da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

O professor de História, a partir desse componente curricular inebriante e fascinante tem, em muitas ocasiões, encontrado barreiras, cada vez mais espessas e resistentes, que dificultam a abordagem de determinados conteúdos, durante suas aulas. Refere-se aqui, mais especificamente, a dois temas que podem ser considerados nitroglicerina pura, quando abordados em sala de aula, a saber: religião e política.

Impossível, diante do delicado momento político pelo qual o país atravessa que esses temas, frequentemente, não venham à tona, nos debates escolares. São notícias, especulações, denúncias que geram verdadeiro turbilhão nas mentes férteis e, quase sempre, mal informadas dos nossos estudantes, como consequência da manipulação de uma mídia tendenciosa e alienante que, por defender interesses, muitas vezes escusos, não medem as consequências catastróficas que podem promover, na população de modo geral e, particularmente, em nossos jovens estudantes. A "desinformação", promovida pelos meios de comunicação, tem provocado danos seriíssimos numa geração, cada vez mais dependente dos recursos eletrônicos, usados como veículos manipuladores, deixando o professor, na sala de aula, em situação altamente desvantajosa e limitada. Como competir com as redes sociais e o bombardeio midiático que apresenta suas "verdades", sem propiciar o espaço para o debate que enriquece e corrobora para a formação de opinião?

Diante do exposto, a proposta aqui apresentada é evidenciar a dificuldade encontrada pelo professor de História, em sala de aula, ao abordar o tema religião que, na realidade brasileira atual, está cada vez mais, atrelado à política dos palácios e templos.

Encontros e desencontros no fazer da sala de aula

A sala de aula é um espaço sociocultural que aglutina pessoas advindas de outros agrupamentos sociais que, por sua vez, tecem internamente comportamentos culturais próprios e particularizados, o que faz daquele local de discussões, debates e aprendizado, um fervilhar de verdades e convicções que, na maioria das vezes, são construídas, compartilhadas e transmitidas por gerações. Essas verdades arraigadas, quase sempre, constituem empecilho para a reflexão e ressignificação de comportamentos e visões que podem favorecer o agir, de forma mais respeitosa e altruísta. Necessário se faz, portanto, que o professor esteja atento para todas essas especificidades culturais e, em meio à diversidade, seja o facilitador da promoção da igualdade, dentro das diferenças. Corroborando com a ideia da diversidade cultural e do papel do professor, elucida Schmitt (2011):

> Ao considerar que não existe superioridade cultural, mas, sim, diversidade cultural, entende-se que, somente através do reconhecimento dessa diversidade existente em um modo organizado, é possível a compreensão das diferenças dentro da aula, como, por exemplo, o entendimento dos motivos que unem ou separam esses sujeitos e essas culturas.[1]

Compreende-se, pois, que para o professor atingir o objetivo de contribuir para a formação de cidadãos críticos, questionadores, porém, respeitosos diante da diversidade, há que redimensionar seu olhar, tendo como alvo primordial, não o que será ministrado, o que nos remete apenas aos conteúdos, mas como o estudante irá se comportar após adquirir aquela nova informação, ou seja, procurar o melhor caminho para que possam, verdadeiramente, desenvolver competências. Ainda em

[1] SCHMITT, Miguel Ângelo. **Ação-reflexão-ação:** a prática reflexiva como elemento transformador do cotidiano educativo. In: Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Faculdades EST – EST. Nº 25. São Leopoldo, RS. 2011. Disponível em: http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/nepp. Acesso em 18/08/16.

Schmitt (2011), encontra-se elucidação argumentativa para tal. Assim ele afirma:

> [...] existe a necessidade de planejamento e reestruturação das formas de pensar e de agir na educação, onde o foco não esteja nos conteúdos, mas nas competências, e que estas estejam adequadas à realidade vivida pelos estudantes, com objetivos de formação que estejam conectados à necessidade de formar sujeitos capazes de compreender e viver num mundo marcado pela diversidade.[2]

É sabido que em matéria de educação não existem fórmulas prontas e acabadas que servem como modelo padrão de aplicabilidade e eficácia. Cada professor precisa, considerando as especificidades do público com o qual ele lida, encontrar o caminho que é seu, distinto, particular, para atingir o que foi proposto e planejado. Não que os exemplos e experiências exitosas de outrem não possam ser praticados e surtam efeito positivo, mas é notório que ao lidar com pessoas que pensam, agem e reagem de maneira peculiar, a adequação à realidade é, sem dúvida, essencial. Para tanto, há que se ter muita clareza quanto ao que se quer como resultado. Ponderar acerca dos desencontros e entraves que poderão surgir e, principalmente, das limitações e predisposições dos estudantes.

É notório, em sala de aula, como os estudantes se atraem e se agrupam, formando verdadeiras "tribos"[3] que, a qualquer momento, estão aptas a atacar, defender, posicionar-se e, em determinados momentos, criar uma atmosfera de paraíso ou de caos, diante do professor. Para tanto, não são necessários grandes abalos. A experiência naquele ambiente tem constatado que a simples abordagem dos temas política ou religião, é suficiente para que se delineiem duelos homéricos.

---

[2] SCHMITT, Miguel Ângelo. Ação-reflexão-ação: a prática reflexiva como elemento transformador do cotidiano educativo. In: Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Faculdades EST – EST. Nº 25. São Leopoldo, RS. 2011. Disponível em: http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/nepp. Acesso em 18/08/16.

[3] O termo **tribo** foi utilizado no sentido de designar um grupo que possui a mesma faixa etária e nível socioeconômico e que mantém atividades, hábitos e interesses comuns.

Sabe-se que os ensinamentos religiosos exercem sobre o crente[4] um forte poder de persuasão, que podem causar polêmicas e comentários preconceituosos ou desdenhosos, quando não há, por parte do fiel, discernimento, maturidade e disposição para entender aquele que pensa diferente dele, como alguém que tem direito de escolha e quer, como ele, ser tratado com igualdade. Nas relações sociais, para que tenha início o processo de minimização das diferenças, há que se ter respeito. Nesse sentido, afirma Abreu (2015):

> Quanto ao respeito, pode ser definido como um sentimento que expressa, em si, o altruísmo e a percepção de que a diversidade de pensamentos, crenças, preferências e aptidões possuem garantia de convivência harmoniosa, pois que pressupõem o princípio da igualdade de direitos. Ninguém respeita por decreto, uma vez que ele é o resultado de uma conquista, e não o produto de uma imposição. Pode-se sentir medo ou tolerar alguém sem que haja, necessariamente, respeito. Apenas é respeitado aquele a quem se atribui valor. Portanto, o motivo pelo qual as vozes devem ecoar deve ser: que haja respeito pelas escolhas de cada um[5].

A sala de aula é, sem dúvida, o melhor espaço para o exercício da convivência harmoniosa. É desejo do professor que, a partir do momento em que se conheça sobre o outro, possa o estudante refletir sobre si próprio e iniciar o processo de crescimento e aprimoramento intelectual, para que esse reverbere no fazer social de maneira positiva. Para que servirá aprender por aprender? O aprendizado deve estar direcionado à transformação do ser humano, no seu convívio em sociedade.

Diante da gravidade dos acontecimentos políticos vivenciados no país atualmente, é inevitável que nas aulas de História, estes acabem sendo abordados. Causa estranheza a falta de questionamento reflexivo, por parte da maioria dos estudantes, diante de tantos fatos que positiva

[4] Aqui, a palavra **crente** faz alusão aos adeptos de quaisquer segmentos religiosos, indistintamente. Não configura, portanto, exclusividade de uma religião, apenas.

[5] ABREU, Ijaciara Barros de. **Proselitismo no sagrado espaço escolar e o crescimento evangélico nas escolas públicas da rede estadual do Grande Recife.** João Pessoa, PB, 2015. p. 5.

ou negativamente, provocarão reflexos enormes em suas vidas. Temos diante de nós uma juventude que, aparentemente, não indaga, não questiona, não tem interesse em buscar outras informações, a não ser aquelas que as grandes e tendenciosas mídias despejam, diariamente, nas casas das pessoas, e que são assimiladas como as únicas vias de conhecimento e informação. Aos aparelhos que dão acesso às redes sociais e que, muitas vezes, excluem os estudantes da realidade, são reservadas mais atenção e desprendimento de tempo, do que qualquer análise ou verificação de outras fontes que requeiram mais leitura ou reflexão. Pode parecer contrassenso, mas, os meios de comunicação, criados para encurtar distâncias e fazer circular informações, ao serem tendenciosamente manipulados, geram a desinformação. No momento em que apenas uma verdade ou um fato é transmitido como verdadeiro, poda da grande árvore do conhecimento, outras tantas verdades, necessárias à formação de uma opinião mais crítica e reflexiva. Reporta-se, aqui, ao entendimento de Foucault (1996), acerca do discurso. Assim ele afirma:

> [...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.[6]

Ainda mais preocupante é presenciar, em pleno século XXI, jovens estudantes prestes a escolher representantes políticos institucionais, pautarem suas escolhas única e exclusivamente por orientação de seus representantes religiosos. Cada vez mais, Deus aparece como cabo eleitoral nos discursos proferidos para arrebanhar o voto dos fiéis em segmentos religiosos diversos. A fé é utilizada para manipular legiões de pessoas que agem incontestavelmente, sem quaisquer ponderações, recusando-se, inclusive, a buscar informações além dos templos, para escolher aqueles que irão legislar e administrar, fora daquele espaço. Até

[6] FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**, São Paulo: Loyola, 1996. p. 8-9.

onde essa fé cega é capaz de levar todo um povo? Aqui, busca-se compreender a fé, como afirma Rubem Alves (2007):

> Fé é uma atitude perante a vida, intraduzível em palavras. Sobre essa confiança nos lançamos sobre as incertezas. A fé só existe diante do abismo das incertezas. Quem tem certezas não precisa ter fé. É fanático, capaz de matar os que pensam diferente. Quantas pessoas foram mortas em fogueiras e guerras simplesmente porque não tinham as mesmas idéias da religião dominante?[7]

O que se tem presenciado nas nossas salas de aula é, por vezes, essa fé manipulada que beira o fanatismo, pois que não admite sequer ouvir outra opinião que destoe da sua. Ouvem-se discursos alarmantes evidenciando, claramente, que muitos jovens estão abrindo mão do direito de pensar, pesquisar, indagar e, finalmente, decidir. Não que todos os fiéis ardorosos estejam agindo cegamente. Não é isso o que aqui se afirma, mas que, muito frequentemente, tem-se registrado esses posicionamentos nos espaços escolares.

O que causa demasiada preocupação são os efeitos que escolhas induzidas e não reflexivas, podem causar em um país com uma diversidade religiosa tão grande quanto a que vivenciamos. As leis brasileiras não devem ser elaboradas para um segmento religioso específico, mas para todo um povo que, historicamente, se reconhece como gestado por várias matrizes étnicas que agregaram elementos culturais diversos, dentre eles, a religião. Esse é o cerne da questão. Presenciam-se no ambiente escolar, discussões tão acaloradas que configuram total intolerância. Expressões pejorativas são empregadas e defendidas como algo normal e inofensivo, uma vez que são corriqueiras. O perigo reside, justamente, na banalização de situações e atitudes tão sérias. É assustador que determinados posicionamentos, fundamentados em textos ou depoimentos de líderes religiosos, ecoem nas salas de aula,

[7] ALVES, Rubem. **Entrevista** a Leandro Cardoso e Venceslau. 2007. Disponível em: http://aminhabusca.blogspot.com.br/2007/08/entrevista-de-rubem-alves.html. Acesso em 15/12/15.

em pleno terceiro milênio, com tanta veemência, prejudicando, muitas vezes, o entendimento da cientificidade que, ali, deve existir.

É essencial para o crescimento intelectual que discussões e debates efervescentes ocorram, porém, quando o tema em pauta é religião, as intransigências são muito explícitas e é, justamente, essa situação que se quer minimizar. Promover o conhecimento e o diálogo entre as religiões é uma atitude desafiadora, porém, fundamental. Quanto à importância do diálogo inter-religioso, assim afirma Aragão (2009): "Somente ultrapassando a própria existência de Deus e buscando a ética que se esconde no humano – e nos reúne a todos de maneira sagrada ou divina – é que uma religião pode dialogar com a outra".[8]

Ao considerar o exposto inicialmente, no que se refere ao desenvolvimento de competências no tocante à religião, é mais que essencial e urgente, que o professor descubra estratégias metodológicas que produzam o efeito que ele almeja. Mas, aí, encontra-se outro entrave. Será que todo professor está disposto a fazer esse exercício? Será que o tema, por ser polêmico, é evitado? De que forma é a abordagem realizada pelo professor? Muitas vezes, a maneira pela qual o tema é abordado, pode, inclusive, agravar as diferenças, em lugar de amenizá-las. Talvez a delicadeza que o tema carrega em si, seja um dos motivos que induz alguns professores a não o colocarem em pauta. Quanto à seleção dos conteúdos históricos, por parte do professor, assim explicita Bittencourt (2009).

> Trata-se de optar por manter os denominados conteúdos tradicionais ou selecionar conteúdos significativos para um público escolar proveniente de diferentes condições sociais e culturais e de adequá-los a situações de trabalho com métodos e recursos didáticos diversos.[9]

[8] ARAGÃO, Gilbraz. *In*: **Mosaico religioso: faces do sagrado**. Recife, 2009. p. 7.
[9] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 137.

Apesar de todo o aparato midiático do qual estão reféns os estudantes, o professor é um formador de opinião e tem, comumente, seu discurso balizado no pertencimento religioso, quando o tema é trabalhado. Até natural que isso ocorra, porém, o que não deve ser feito é induzir nem assumir comportamento tendencioso. Até porque a sala de aula não deve ser utilizada como espaço para práticas proselitistas, ou como palanque eleitoral.

O componente curricular de História, frequentemente é tratado como subcomponente. Percebe-se que pensar, refletir e, principalmente, questionar são atitudes que desagradam aos que gerenciam o modelo educacional e tentam manter a estrutura de dominação e poder que se encontra baseada, em sua essência, na aprovação a qualquer custo. E para tanto, não se faz necessário pensar.

Ao abordar os temas em evidência, o professor de História, por vezes, é visto como incrédulo e provocador. Isso, para não citar outros adjetivos advindos por alguns estudantes, ainda que de forma descontraída e, até mesmo, em alguns casos, por colegas de profissão. Alguns estudantes, em eventuais ocasiões, comportam-se como se acreditassem que determinados fatos históricos são invenções do professor.

Aquele que ao instigar a reflexão e análise contextualizada dos fatos, favorecer novas alternativas de olhares, por vezes é condenado sem direito à defesa, porque ousou cogitar a possibilidade da dúvida. Não se defende aqui, como já citado anteriormente, que o professor tente induzir os estudantes a pensarem e agirem conforme suas convicções políticas e religiosas. Mas, para que a barreira da intransigência seja transposta a partir do conhecimento de outras "histórias", é preciso entendimento, reflexão, criticidade, escuta e, principalmente, respeito pelo direito que o outro possui, de ser diferente.

Ainda que muito se faça para aparar arestas, reduzir impactos e despertar para a necessidade de facilitar o entendimento, os temas religião e política, ainda assim, causarão discordâncias. Porém, o caminho para a transformação é insistir e acreditar que a convivência respeitosa seja possível.

Considerações finais

Ao apresentar as considerações supracitadas, fruto de observações feitas através do exercício do magistério, a partir do trabalho com o componente curricular de História e da observação, ao longo de alguns anos, do comportamento de alguns professores, em algumas escolas da rede pública estadual do Grande Recife, pode-se constatar que é extremamente delicada e desafiadora a posição do professor, ao trabalhar os temas política e religião na sala de aula. O preconceito inicial já é detectado na própria estrutura de ensino que privilegia alguns componentes curriculares, em detrimento de outros. São necessários muita perseverança e disposição para sucumbir e não se deixar engolir pelas ondas do desânimo e da inferiorização.

Quanto aos temas abordados é notório que, independente do tempo e local, sempre causarão discordâncias e polêmicas. Despertar o estudante para o entendimento de que suas verdades religiosas não são as únicas, requer do professor muita habilidade e persistência. Não é fácil lidar com temas tão pessoais, particulares e, de certa forma, sacralizados. Aí se encontra a necessidade urgente de revisão das práticas e priorização no desenvolvimento das competências, em lugar dos conteúdos, meramente.

A preocupação com a dependência que os estudantes vivenciam, em relação aos meios de comunicação manipuladores e orientações religiosas

sem análise ou reflexão, não devem sair da pauta de cuidados do professor em quaisquer componentes curriculares, especialmente, no de História, numa tentativa de iniciar o processo de formação de cidadãos conscientes, críticos e que, verdadeiramente, pensem com suas mentes e andem com os próprios pés. Alargar os horizontes apresenta-se um caminho que poderá abrir o coração à compreensão do outro e, nessa condição, reduzir o preconceito e maximizar o respeito pelo diferente que habita em vários templos e palácios.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ijaciara Barros de. **Proselitismo no sagrado espaço escolar e o crescimento evangélico nas escolas públicas da rede estadual do Grande Recife**. Congresso Internacional de Imaginário, Ciências e História das Religiões. João Pessoa, PB, 2015.

ALVES, Rubem. **Entrevista** a Leandro Cardoso e Venceslau. 2007. Disponível em: http://aminhabusca.blogspot.com.br/2007/08/entrevista-de-rubem-alves.html. Acesso em 15/12/15.

ARAGÃO, Gilbraz. *In*: **Mosaico religioso: faces do sagrado**. Vanderlei Lain (organizador). Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. (Coleção docência em formação. Série ensino fundamental/ coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta). 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**, São Paulo: Loyola, 1996.

SCHMITT, Miguel Ângelo. **Ação-reflexão-ação:** a prática reflexiva como elemento transformador do cotidiano educativo. *In:* Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Faculdades EST – EST. Nº 25. São Leopoldo, RS. 2011. Disponível em: http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/nepp. Acesso em 18/08/16